

AINFLUÊNCIA DO CONTATO COM LÍNGUAS AFRICANAS NA *PERFORMANCE* DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Vanessa Caroline Silva SANTOS¹
Jurgen Alves de SOUZA²

Resumo: O seguinte texto trata-se de uma revisão de literatura no campo da Linguística Histórica com foco para a formação do Português Popular Brasileiro – PPB, com base nos seguintes autores: Mattos e Silva (1989), Leite e Callou (2002), Faraco (2005), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) e Lobo e Oliveira (2009). Em detrimento dos silenciamentos realizados por uma cultura de viés ideológico explicitamente eurocêntrico, a Sociolinguística é hoje a disciplina responsável por trazer à tona a imensa colaboração efetiva de negras e negros escravizadas/os, libertos/as e forros/as ao Português Brasileiro – PB. Disso se trata o seguinte artigo, que faz um arremate histórico e teórico da evolução da disciplina Linguística dentro das ciências humanas, oferecendo suporte teórico e metodológico, logo elevando a linguística ao patamar de ciência. Os estudos mencionados se servem dessa base e, em sua maioria, concluem: a população que veio de África, trazida à força para o Brasil, contribuiu definitivamente para a *performance*, falada e escrita, do que ousou-se chamar de *Português Popular Brasileiro* – PPB (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009). Na margem dos conflitos, estão frescas explicações com vasta comprovação, tanto em dados presentes e discutidos na conclusão deste texto, quanto em casos e fenômenos na língua, cuja não inserção dentro da instrução em Língua Portuguesa no Brasil justifica-se a partir de um *epistemicídio* travestido de normatização que condena a *economia linguística* utilizada de norte a sul, da periferia aos condomínios fechados. A aceitação dos mencionados argumentos não é completa, mas eis o percurso que o artigo envia.

Palavras-chave: Português Popular Brasileiro; Performance e economia linguística; Contato linguístico; Variação e Mudança.

Abstract: The following text is a review of literature in the field of Historical Linguistics focusing on the formation of Brazilian Popular Portuguese (BPP), based on the following authors: Mattos e Silva (1989), Leite e Callou (2002), Faraco (2005), Lucchesi, Baxter and Ribeiro (2009) and Lobo e Oliveira (2009). To the detriment of the silencing carried out by an explicitly Eurocentric ideological bias culture, Sociolinguistics is today the discipline responsible for bringing to the surface the immense effective collaboration of blacks and enslaved blacks, freedmen and linings to Brazilian Portuguese - BP. The following article deals with the historical and theoretical aspects of the evolution of the Linguistic discipline within the human sciences, offering theoretical and methodological support, thus raising linguistics to the level of science. The studies mentioned above serve on this basis and, for the most part, they conclude: the population that came from Africa, brought by force to Brazil, definitely contributes to the performance, both spoken and written, which contemporaneously dare to call itself Brazilian Popular Portuguese – BPP (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009). In the margin of the conflicts, there are fresh explanations with extensive proof, both in present and discussed data at the conclusion of this text, as well as in cases and phenomena in the language, whose insertion within the instruction in Portuguese Language in Brazil is justified from

¹ Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, no Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - PPGREC, Linha 1: Etnicidade, Memória e Educação. Reside em Jequié. Bolsista CAPES, e-mail: vanessa.caroline7@gmail.com

² Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2017). Atualmente é Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Jequié. Reside em Salvador. E-mail: professorjurgen@hotmail.com

an epistemicídio a transvestite of normatization that condemns the linguistic economy used from north to south, from the periphery to closed condominiums. The acceptance of the aforementioned arguments is not complete, but here is the path that the article.

Keywords: Brazilian Popular Portuguese; Performance and linguistic economy; Linguistic contact; Variation and Change.

Introdução

Escrever é difícil, e se escrevo difícil fica fácil entender, do epistemicídio às dificuldades de se aprender a ler e a escrever. Pode crer.

(Vanessa Caroline)

O percurso histórico, teórico e metodológico que aqui se fará trata de trazer para frente, na contemporaneidade, estudos que subverteram a questão histórica e acabaram se tornando, principalmente dentro da academia, extremamente abundantes e também hegemônicos na área de linguística. No Brasil, isso não nos soa diferente. Aqui se quebra a hegemonia na década de 60, e o currículo dos cursos de Letras é modificado amplamente para se adequar a essa nova era dos estudos: é a introdução da matéria linguística, de forte fundamentação estruturalista, que, enquanto base teórica, influenciou não só a linguística, mas outros ramos das ciências humanas. Essa é a discussão realizada na primeira seção do artigo, intitulada *Os pressupostos teórico-metodológicos da linguística histórica: uma disciplina científica*, tendo como área base a Sociolinguística.

Entre a diversidade dos estudos históricos do Português Brasileiro, observa-se com a evolução e mudança da língua e de seus dialetos congêneres certa *economialinguística* que, em análises atuais como, por exemplo, o caso da Concordância Nominal, durante algum tempo fez muitos teóricos, gramatiquieiros inclusive, quebrarem a cabeça e torná-la uma variante estigmatizada, de pouco prestígio e longe da norma culta brasileira, discussão que ficará situada na seção posterior, *Repensando a participação do negro na história da cultura escrita brasileira: África à vista*. O corpus de análise dos trabalhos consultados tem como sujeitos da escrita negras e negros escravizadas/os, tanto fora do Brasil, quanto na Bahia do século XIX, onde essa escrita vai se desenvolvendo para fins específicos, num dado contexto. Pode-se inferir que importa para as discussões entre os estudos teóricos e metodológicos do Português escrito por africanos dentro e fora do Brasil mencionar essas condições objetivas da escrita, mas também as condições subjetivas. Talvez, se tomarmos como mote a socialização das mulheres, como um dos itens de variação, tenhamos um argumento lógico, forte e relevante em relação à defesa do contato linguístico, e que a partir da linha *contatista* torna-se evidente que as concordâncias nominal, de gênero e verbal, ou a falta delas, estabelecem a linha de fronteira entre a história *das* línguas no Brasil, da fala à escrita – essa é a temática desenvolvida na última seção, *Uma possível reconstrução histórica do português popular brasileiro: a influência do contato com línguas africanas na performance do português popular brasileiro*. Nas seções a seguir essas considerações irão se espriar de modo a fornecer subsídios mais sólidos sobre o que se insinuou

aqui a respeito do Português Popular Brasileiro e seu desenvolvimento na performance linguística dos falantes.

Os pressupostos teórico-metodológicos da linguística histórica: uma disciplina científica

Segundo Faraco (2005, p. 91), “as línguas têm história” e a disciplina responsável por seu estudo, a linguística histórica, é, já segundo Labov (1992, *apud* FARACO, 2005, p. 124), “a arte de fazer melhor uso de dados ruins”. Enquanto ciência, a Linguística compreende uma série de teorias e conflitos entre elas. Pois, enquanto ciência, à Linguística e demais ramos de investigação, cabe a objetivação e aproximação entre as teorias e a realidade material dos fatos e dados. De acordo com Faraco (2005, p. 94), “quem se inicia numa disciplina científica precisa buscar compreender as suas polêmicas” e “amadurecer sua capacidade de trabalhar, não de forma aleatória e impressionista, mas dentro de um sistema teórico”. É nesse sentido que devemos pensar, por exemplo, acerca da dicotomia entre sincronia e diacronia. São dois conceitos opostos: o primeiro dá conta de mudanças na língua num mesmo espaço/tempo, mudanças internas ou a possibilidade delas dentro de determinada língua; já o segundo, considera que as mudanças ocorrem com o passar dos anos, da comparação entre os estágios sincrônicos. No entanto, ainda que exista a polaridade mais que pertinente, dentro dos estudos teóricos há a preponderância da sincronia, pois as mudanças diacrônicas atendem às fases internas e estáticas da sincronia das línguas. Da separação, surgem, inclusive, estudos que ignoraram a base histórica e evolutiva das línguas. Dessa maneira, surgem também teóricos e estudiosos que vão contestar essa visão dicotomizada da língua oriunda dos estudos de Saussure, a exemplo de Volochinov (1929, *apud*, FARACO, 2005, p. 108) que acreditava ser a dicotomia limitante, outros vão se conectar em partes aos pressupostos logicizantes da linguagem – essa que compreende também diferentes concepções -, contudo cometendo equívocos.

Dentre as concepções de linguagem que importam à dicotomia e à sincronia, no texto destacam-se duas: a primeira defende que a língua é objetivamente autônoma; a segunda que ela possui relações bem amarradas com a realidade social e histórica. Do ponto de vista da mudança, para a concepção que considera a linguagem autônoma, as motivações seriam internas, enquanto para a outra estaria ligada ao atuar/agir de falantes. Duas concepções com orientações e repercussões diferentes para a linguística histórica, mas a diversidade teórica é mais um acréscimo à ciência que um ponto de colisão no cerne das teorias. Do exposto, surge então a questão do posicionamento do/a pesquisador/a que irá adotar um método de estudo a partir da concepção teórica que segue, e nesse sentido, o conhecimento e contato com todas as discussões a esse respeito, bem como sua visão de mundo e a própria orientação que recebe poderão se inserir nesse processo de estudo. Ter clara a posição ajuda numa melhor produção científica do objeto em estudo – a língua. Para fundamentar o que se aponta aqui, com a palavra, Carlos Alberto Faraco:

Normalmente, o desafio – ao se criticar e até rejeitar uma teoria – está em retomar as questões empíricas e os procedimentos analíticos num novo esquema interpretativo. Daí se dizer que o processo acumulativo da ciência não é linear, com uma teoria sucedendo a outra e começando onde a outra parou. Em razão da diversidade teórica que caracteriza a ciência em cada momento de sua história e em razão dos respectivos conflitos entre as teorias e entre as teorias e o real, o processo acumulativo se dá menos por soma do que por amplas reelaborações teóricas, isto é, por retomadas de questões empíricas e procedimentos analíticos em novas chaves interpretativas. (FARACO, 2005, p. 105)

Faraco (2005) avalia, portanto, que há a grande necessidade de se filiar à alguma orientação teórica específica ainda que isto não implique uma doutrinação intelectual. Para diversos fatos reais analisados na evolução na língua, há uma série de explicações com seus respectivos pressupostos metodológicos. O autor, na seção seguinte à de orientações teóricas, declara que a mistura de teorias, ou, “ecletismo”, não seria uma saída fortuita para a pesquisa científica, pois a base metodológica ficaria pouco clara e consistente. A escolha de uma frente a tantas outras teorias implica na negação dessas outras e o fortalecimento com argumentos mais que comprovados (visto que se trata da língua dentro da linguística histórica), e trazendo para a contemporaneidade. Faraco (2005), afirma ainda que há duas orientações em alta, a teoria variacionista e a teoria gerativista. A primeira leva em conta contextos de fala e de uso; ao passo que a segunda enraíza-se em questões biológicas que se respaldam na existência de uma Gramática Universal. Ainda que sejam ou pareçam divergentes, há propostas de junção entre as duas, no entanto seria difícil unificar uma teoria que se respalda biologicamente a uma que possui viés estritamente histórico. Diante do exposto, pode-se concluir que tais concepções, caso elucidem a realidade da língua de maneira autônoma, não irão dar conta da multiplicidade de questionamentos que devem ser respondidos para uma análise satisfatória. Faraco (2005), então, menciona três vias para o estudo histórico das línguas. A primeira é “voltar ao passado e nele se concentrar”, que, inclusive, é a via utilizada num dos textos bases para este artigo monográfico, *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* (LOBO&OLIVEIRA, 2009); a segunda é “voltar ao passado para iluminar o presente” e, a terceira, “estudar o presente para iluminar o passado”. Sobre o uso de documentos históricos para análise, postula Faraco (2005):

[...] As formas linguísticas em tais documentos são muitas vezes distintas das formas vernáculas dos escritores e, em vez do vernáculo, refletem esforços para capturar uma variedade normativa que nunca foi a língua nativa de nenhum falante. Em consequência, muitos documentos estão atravessados pelos efeitos da hipercorreção, da mistura dialetal e de erros de transcrição. (FARACO, 2005, p. 124)

Nessa mesma linha, Yonne Leite e Dinah Callou (2002) em *Como falam os brasileiros*, afirmam que

[...] a hegemonia da língua portuguesa não dependeu de fatores linguísticos, mas sim históricos, e só nos últimos dois séculos e meio ocorreu uma normatização do português falado no Brasil em direção a um chamado português “padrão”, que, apesar de intrinsecamente variado regional e socialmente, **passou a gozar de prestígio e a representar a “norma” para o bem falar e o bem escrever** [grifo nosso]. (LEITE; CALLOU, 2002, p. 15)

Os textos presentes em *África à vista* (2009) fazem parte de uma linha teórica de estudos da escrita ainda em desenvolvimento no país, mas que como visto já rendeu bons resultados. Assim, diacronia pressupõe história, e aqui se trata da história do português brasileiro com recorte profundo para o português escrito por negras/os africanas/os.

Todos os trabalhos citados como exemplo, inclusive *África à vista* (2009), são oriundos da necessidade que a Linguística tem de dar uma abordagem histórica à disciplina na busca de ter uma visão mais totalizante do percurso da mesma. De forma geral, pode-se entender o percurso da Linguística por duas vias diferentes orientada por concepções que, por vezes, se cruzam e complementam, e noutras elas se impelem, são elas: uma abordagem mais voltada para a compreensão dos fenômenos linguísticos como componente biológico da humanidade; a

segunda, numa perspectiva de junção, considera a primeira abordagem, mas inclui fatores sociais antes desconsiderados. Infere-se que a linguística nasce no final do século XVIII, e por ela passaram grandes teóricos aliados às escolas teóricas com encaminhamentos diferentes, as mais marcantes são o Estruturalismo, que repercute até hoje, e mais contemporaneamente o Gerativismo. Do contraponto e interpenetração dessas duas linhas de compreensão da Linguística é que surge a Sociolinguística, perspectiva mais histórica que, nas palavras de Faraco (2005), é como “(...) toda crônica do passado não é um mero relato do que realmente aconteceu, mas inclui sempre uma interpretação dos acontecimentos mediada pelos nossos pontos de vista” (p. 129). Porém, como pontuado acima, o início da Linguística enquanto base teórica para estudo das línguas e, mais à frente, suas histórias, possui teor científico, baseado em métodos altamente cientificistas – para bem ou para mal.

De modo a compreender como se chega ao estudo de uma língua, marca-se como ponto de partida a filologia, pois esta dá conta de estudos de textos e documentos antigos, o que, na falta da experiência/vivência prática, forneceram material concreto para compreensão da evolução de uma língua e sua reconstrução. Podemos ponderar que esse interesse pela língua dos povos começa com o interesse pelo *hindu*, em fins do século XVIII, e claro, para uma melhor compreensão e aproveitamento dos dados “ruins”, como diria Labov (1994) *apud* Faraco (2005), construiu-se um método: o método comparativo. Em síntese, baseia-se ele na identificação de semelhanças e na hipótese de não coincidência ou arbitrariedade, mas sim um traço comum, quer dizer, de evolução histórica. Assim, desse parentesco entre certas línguas vai se delineando o estudo propriamente histórico das línguas e surge uma primeira tentativa de sistematização do material, adjetivando a linguística de histórico-comparativa. Essa sistematização teve como marco os estudos e a obra de Bopp (1819). Vale salientar, no entanto, que não somente esse estudioso estava produzindo ciência no ramo aqui analisado, mas, tomando como exemplo, o “caso Rask”, publicado em 1918, que trazia considerações sobre as línguas nórdicas. Entende-se, porém, o reconhecimento de Bopp em detrimento de Rask, pela hegemonia teórica e científica do indo-europeu.

Nesse percurso histórico aqui analisado, podemos trazer para frente, na contemporaneidade, estudos que subvertem a questão histórica e acabaram se tornando, principalmente dentro da academia, extremamente abundantes e também hegemônicos. No Brasil, isso não nos soa diferente. Aqui se quebra a hegemonia na década de 60, e o currículo dos cursos de Letras é modificado amplamente para se adequar a essa nova era dos estudos: é a introdução da matéria linguística, de forte fundamentação estruturalista, que, enquanto base teórica, influência não só a linguística, mas também outros ramos das ciências humanas. Portanto, o patamar a que se chega a linguística histórica no país também passa por esse percurso histórico mundial que se buscou retratar aqui, no qual abordagens mais biologicistas vão dando lugar a algumas mais históricas, ao ponto de acontecer uma *mixofilia* entre elas, sem confundir essa mistura com um ecletismo solto e desbaratinado para o estudo histórico das línguas.

Repensando a participação do negro na história da cultura escrita brasileira: África à vista

Para dar sequência à discussão iniciada na seção anterior e para um pontapé “indicial” e inicial sobre o português escrito por negros no século XIX, na Bahia, será necessário inserir esta discussão que aqui se fará num âmbito maior. Primeiro, elucida-se a fala, explicitando como se configurou no Brasil o sistema linguístico da língua portuguesa; como em condições de

transmissão linguística irregular por meio do contato entre línguas ele se desenvolveu paralelo e se retroalimentando dos sistemas linguísticos africanos e indígenas e, por conseguinte, num segundo momento, como deu origem à variante do PB, especialmente sua variedade popular e sua representação escrita.

A contribuição africana para o português falado no Brasil

O contato entre línguas foi responsável pela formação do português afro-brasileiro que, posteriormente, teria dado origem ao Português Popular Brasileiro. Dessa hipótese, surge a negativa da pré-disposição na estrutura interna da língua e seu profundo aceleração, e a afirmação da teoria postulada pela Sociolinguística Variacionista. O resultado disso foram línguas com fortes características em comum, a variação no uso da concordância nominal e verbal. Mas, em meados da década de 70, dois estudiosos, Naro e Scherre (2005), resgataram a concepção variacionista de que as mudanças ocorridas no português brasileiro são de ordem tanto estrutural, quanto social, porém, prevalecendo a hipótese estrutural em detrimento de uma contribuição africana ou indígena para o PB - teoria da deriva secular. São autores que nos tem muito a dizer sobre isso, refutando o ponto de vista dos autores anteriormente citados: Lucchesi, Baxter, Ribeiro (2009). Segundo os autores, as teorias que respaldam o contexto de mudança e variação linguística, bem como seus processos de aquisição e transmissão durante os séculos, são a teoria do contato e a transmissão linguística irregular. A primeira trata de compreender e explicar o contexto de contato entre portugueses e indígenas, que por possuírem línguas com tronco similar, comunicavam-se bem e deram origem a uma língua geral, que se ramificou dando origem a outras três variantes faladas em todo território. A segunda, transmissão linguística irregular, postula do contexto de aprendizado defectivo da língua portuguesa por indígenas e negras/os o surgimento da variedade do português brasileiro. Assim, teriam contribuído para o falar do português popular que temos no início do século XX, o processo de colonização por portugueses e sua consequente “mistura” (forçada) com indígenas, as *línguas gerais*, paulista, de base tupi, e amazônica, de base tupinambá, faladas em quase todo o território invadido.

À *posteriori*, temos a inclusão de mais de três milhões de pessoas escravizadas, nosso foco, que passa a contribuir com o panorama do português brasileiro, primeiro aprendendo a língua do dominador de maneira irregular em situações de uso corriqueiro mais ligado ao trabalho (doméstico, rural e urbano), evoluindo, depois, para uma variedade de seu próprio idioma indexado ao português brasileiro, o afro-português. Esse é, portanto, o primeiro indício de estrutura linguística, tanto interna quanto externa, da formação do português popular brasileiro. Entretanto, o contato não foi passivo dos portugueses para indígenas e posteriormente, africanos/as. A formação do português popular brasileiro também se supôs uma inserção noutras camadas da sociedade, não somente as menos abastadas e iletradas. Para que encontrasse ampla “aceitação” entre os sujeitos, essa variedade do português também se inseriu nas camadas médias e altas, e é, portanto, uma explicação de que a maior parte da população, quer da camada alta, quer das camadas baixas, possui traços de concordância, nominal e verbal, que são fruto da transmissão linguística irregular.

Na contemporaneidade podemos situar as questões expostas até aqui sobre a fala do português brasileiro sob a ótica de Labov (1994) quando citado por Faraco (2005). Para esse autor a inserção do português hoje chamado urbanamente de norma culta, possui assimilação sem

resistência pelos seguimentos da população média e baixa, ou seja: há um direcionamento para o prestígio dessas formas. Situação análoga à de séculos passados quando a variante e seus idiomas próprios das populações, tanto indígena, quanto negra, é que influenciou o português. Com a forja do português culto, aquele falado pelas camadas altas e respaldado numa forte cultura ocidental e europeia, difundido principalmente pelas obras de literatura, apagam-se os vestígios dessas outras duas populações que muito ou pouco, no caso da indígena, contribuíram para o português popular brasileiro. Desse modo, há a supervalorização das formas de prestígio do português brasileiro, tanto na fala quanto na escrita, em detrimento de uma variedade pluriétnica também linguística. Assim é que surge no seio de pesquisas mais atuais a necessidade de se estudar, não só a variante de prestígio e sua estrutura interna, mas também a complexidade histórica da formação do padrão linguístico.

A contribuição africana para português escrito no Brasil

Os casos registrados de analfabetismo no Brasil, ainda que não aparentem, possuem ligação entre o mover dos projetos alfabetizantes desenvolvidos desde a educação jesuítica às reformas pombalinas (CARBONI E MAESTRI, 2012). Assim, ao tomar a escrita num estudo diacrônico/sincrônico a partir de documentos históricos para atestar a possibilidade de negras e negros africanos terem sido os principais difusores e formatadores da língua portuguesa no Brasil, e nesse processo partindo do português afro-brasileiro, formar as variantes principais do português popular brasileiro, é o foco central da obra *África à vista* (2009). O marco que instrumentaliza cientificamente com corpus de pesquisa essas afirmações feitas acima e no livro é o achado, em meados de 2000, de um arquivo contendo inúmera documentação escrita por africanos e negros brasileiros forros. Foram esses documentos que permitiram o estudo e dez aspectos da morfossintaxe em Lobo e Oliveira (2009).

Da difusão das línguas tupi e geral restou a expulsão dos jesuítas, e da proibição da língua geral, a instituição oficial da língua portuguesa por Pombal. Coube à imposição do ensino de português, o apagamento de outras línguas. Para se estudar a história das línguas, é utilizada uma das três vias mencionadas por Faraco (2005): o retorno ao passado e a sua concentração nele. A partir daí surgiram os problemas de fontes, visto que era expressamente proibida a escolarização de negros/as. Entretanto, dos lugares possíveis de letramento, excetuando a escola/instituição, outros caminhos foram encontrados para o letramento: a casa grande e as irmandades. Seis personagens são recortados e analisados sob o aspecto da autoria dos textos estudados durante o livro, são eles: Gregório Manuel Bahia, José Fernandes, Luís Teixeira, Manuel da Conceição, Manuel Sacramento e Manuel Vitor. A primeira hipótese é de que apreenderam a escrita/leitura ainda em cativo. Como se pode notar, e vale a ressalva, não há citada sequer uma mulher que tenha feito parte do corpus escrito de dados selecionados enquanto autora de textos/documentos. No texto os autores fazem um paralelo entre o nível de fala de mulheres brancas não letradas e homens escravizados. Dos dados quantificados por Mattoso (2001, *apud* LOBO, 2009), aferiu-se que de 176.824 pessoas negras escravizadas apenas 62 sabiam ler e escrever, em 1872, em todo Estado; em se tratando da capital, apenas 8 sabiam ler e escrever. O fato de saberem ler e escrever foi usado também como informação em jornais, uma espécie de “grau de periculosidade” dos negros e negras fugidos/as.

Como conseguiam instrumentalizar-se na escrita e na leitura? São duas as hipóteses: casa do senhor e irmandades protetoras. Das pesquisas feitas na capital da Bahia, na Sociedade

Protetora dos Desvalidos (Doravante SPD), algumas conclusões foram tiradas. Primeiro em relação a origem de negros e negras: muitos eram de religião muçulmana, e quando eclodiu a revolta do malês, o processo posterior desencadeado pela corte foi de perseguição a qualquer negro que tivesse relação com essa casta. Era parte de sua cultura a leitura das escrituras de Maomé (LOBO, 2009, p. 44) e, por conseguinte, saber ler e escrever num português, ainda que precário. Esses mesmos negros ocupavam os cargos de escrivães e secretários da SPD. Um segundo dado é o sobre o processo de letramento de negros e negras ainda em situação de cárcere: acontecia em alguns casos das senhoras/senhores de escravos darem certa liberdade para o aprendizado do vernáculo, mas não há qualquer escravo/a ou negro/a de ganho, e sim aos que possuíam cargos de prestígio, que quer dizer que, na ordem do trabalho doméstico, das tarefas feitas sob o teto dos senhores e senhoras de engenhos, apenas aqueles com certas desenvolturas nesses trabalhos domésticos possuíam a probabilidade de se educar.

Dessa constatação, surge também que, para executar certas “profissões” era imprescindível saber escrita e leitura. Sendo assim, não era de modo geral que a alfabetização não ocorria na população negra, mulata e mestiça na Bahia: relações afetuosas (LOBO, 2009, p. 28) entre escravizados/as e a família senhorial; necessidade de instrumentalização escrita/leitura para alguns cargos e a possibilidade de ascensão social a partir da alfabetização. São essas as três vias pelas quais negros intentavam o letramento, sejam os libertos, ou aqueles ainda em cativo. Vale a lembrança de que, as irmandades, além de cumprirem esse papel educador, também “financiavam” a alforria com fundos arrecadados entre os próprios membros – função social para além da religiosa especulada e papel quase que estritamente feminino (p. 25). Em se tratando especificamente da SPD, aos membros, não se sabe se era imputado o ensino da leitura/escrita do árabe ou em português, acredita-se que os dois. Dentre os membros letrados, os estudos revelam a competência gráfica deles, da fluidez da letra – o que revela a escrita para fins específicos. Entre os dez estudos presentes no livro *África à vista*, a introdução já destaca alguns critérios para análise da produção de escrita do Português Brasileiro, são eles: a localização, o status (livre, em situação de cárcere, etc), status em relação à situação de desenvolvimento do letramento, como se deu esse letramento/alfabetização, e a trajetória (livres e dentro de sociedades protetoras como a SPD).

Denise Carrascosa (2015) em *Traduzindo no Atlântico Negro: por uma práxis teórico-política de tradução entre literaturas afrodiáspóricas* elenca 5 traços intensivos da presença de um “*pharmakonafrodiaspórico*” nas produções/textos culturais negros da diáspora. Claro, Carrascosa (2015) inclui entre eles mais textos literários que meros documentos. No entanto, para traçar paralelo entre os traços intensivos elencados por ela para a leitura dos textos da diáspora e os documentos que Lobo e Oliveira (2009) analisam em *África à vista*, o último traço intensivo nos interessa, pois, fala-nos de uma

[...] Economia linguística - que reutiliza as línguas coloniais europeias, fazendo das línguas crioulizadas em menos ou maior medida (respectivamente o Afro-português e o Black English, por exemplo) menos um arquivo morto de palavras e regras morfosintáticas e mais um dispositivo performático acionado contingencialmente, pelo corpo, nas diversas cenas discursivas do cotidiano. (CARRASCOSA, 2015, p. 7)

Essas *performances*, no caso da economia linguística que podem ser observadas no PB, em análises atuais como, por exemplo, o caso da Concordância nominal, durante algum tempo (explicitamente esse ínterim entre o desenvolvimento da linguística e da sociolinguística com suas pesquisas em variação) fez muitos teóricos, gramatiqueros inclusive, quebrarem a cabeça e torná-

la uma variante estigmatizada, de pouco prestígio e longe da norma culta brasileira. É esta, inclusive, a variante que dá origem a uma série de preconceitos linguísticos. No entanto, neste artigo intitulado *Concordância nominal* (OLIVEIRA; SOLEDADE; SOUZA, 2009), temos a afirmativa que desestrutura alguns estigmas, pois seria “(...) a variação de número dentro do sintagma nominal (...) aspecto dos mais “bem-resolvidos”, porque dos mais estudados, no conjunto de fenômenos linguísticos variáveis em terras brasileiras” (p. 255). Portanto, ao se levar em consideração que *África à vista* (2009) tem como sujeitos da escrita negras e negros escravizadas/os na Bahia do século XIX, e que essa escrita vai se desenvolvendo para fins específicos, em situação específica, pode-se inferir que importa para as conclusões entre os estudos teóricos e metodológicos do Português escrito por africanos no Brasil mencionar tanto essas condições objetivas da escrita, quanto as condições subjetivas. O produto dessas *performances* – o português escrito nos documentos – é apenas um entre tantos outros dispositivos performáticos da escrita afrodiáspórica e de seus indícios de autoria.

Uma possível reconstrução histórica do português popular brasileiro: a influência do contato com línguas africanas na *performance* do português popular brasileiro

“- *Pode dexá, eles num morde, quero bem a eles, todos é meus amigo*”. (*A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*, Euclides Neto, 1996)

A epígrafe que abre esta seção do estudo apresenta características da fala popular, como se categoriza hoje após vastos estudos o modo como falam brasileiras e brasileiros as variantes do PB na fala oral. Albertina performatiza a língua a partir de seu lugar de fala enquanto mulher, negra, adulta, semi-analfabeta e lavradora. Entretanto, nem sempre a falta de concordância nominal e verbal foi reconhecida enquanto desvio de uma norma, criada a partir do Português Europeu, foi sim travestida de preconceito linguístico, e, por conseguinte, de classe, durante séculos. A forma como as mulheres foram socializadas sempre teve consequências na forma como performamos a língua; isso ficará evidente quando demonstrados resultados da variante “sexo/gênero da/o informante”. Talvez, se tomarmos como mote a socialização das mulheres, tenhamos um argumento lógico, forte e relevante em relação à defesa do contato linguístico, e que a partir da linha *contatista* tornam-se evidentes que as concordâncias, nominal, de gênero e verbal, ou a falta delas, estabelecem a linha de fronteira entre a história *das* línguas no Brasil, da fala à escrita - escrita essa que não encontra entre suas autoras de atas das irmandades negras como, por exemplo, a SPD, nenhuma mulher negra. Nas seções a seguir essas considerações irão se espalhar de modo a fornecer subsídios mais sólidos sobre o que se insinuou aqui.

A concordância: comparações entre fala e escrita

Concordância Nominal (PL)

Tomando como base populações levadas em meados dos séculos XIX e XX até Helvécia e Monte Café para a produção de *corpus* linguístico de análise, um debate central

permeou os estudos da teoria do contato linguístico em relação à marcação de plural na língua falada (BAXTER; LUCCHESI, 2009; OLIVEIRA; LOBO, SOLEDADE, 2009). Em primeira instância, atribui-se à classe gramatical das palavras e a posição linear no Sintagma Nominal (doravante SN) a responsabilidade, desfavorecendo a marcação de plural. Um contraponto é lançado, na mesma malemolência de outros debates acerca da influência da cultura europeia nas nossas “belas letras”, por exemplo. Segundo a linhada deriva secular, a não-marcação do plural no SN do PB tem origem na não-marcação variável em casos isolados do PE, seria, portanto, uma imitação exacerbada no caso brasileiro.

Tanto Helvécia quanto Monte Café apresentam (1) variação de concordância de número; (2) variedades do português com origem comum no trabalho escravo ou contratos em regiões isoladas; (3) possuem como falantes uma grande quantidade de afrodescendentes em sua origem; (4) os antepassados adquiriram o português a partir do contato com colegas ou administradores; (5) nessas regiões o português era uma L2; (6) os grupos *kwa* e *banto* seriam grupo linguístico majoritário. A esses fatores anteriormente citados considera-se também a porcentagem de casos de marcação do primeiro item lexical na fala em Monte Café e Helvécia, e daí se justificam as características similares entre elas acrescentando também a variável da faixa etária, quer dizer: quanto mais novos são os sujeitos em questão na análise de dados, mais frequente é a marcação do primeiro item em ambas as comunidades analisadas. Esse perfil, é portanto, o que desencadeia o processo de marcação de PL nas outras gerações, dando origem ao Português Popular Brasileiro que também tende a marcar o plural na primeira oportunidade.

Já na escrita, há similar marcação de PL, assim como de gênero e verbal. Foram examinadas atas do século XVIII e algumas conclusões foram tiradas (OLIVEIRA; SOLEDADE; SANTOS, 2009): ausência de elementos anteriores; ausência de marcação do PL na 1ª posição favorece a marcação nos itens precedentes; maior marcação nos itens pré-nucleares (85% contra 15% c/ conc.). Quantos aos redatores das atas, variável considerada para além de serem membros da SPD, concluiu-se que devido às formalidades de redigir uma ata, a vigência de certa norma padrão estava embutida nelas. Ou seja, de tudo isso, também se confirma que a variação (tendência maior de marcação do PL) já estava em andamento no século XIX.

Concordância de Gênero

Enquanto a concordância nominal (de PL) parece ser apenas uma questão de lógica, quase matemática – seus caracteres de ordem morfológica -, a concordância de gênero gira em torno de um debate que é majoritariamente semântico. Há de se convir que, em grande parte dos casos, o gênero em categoria lexical equivale ao item designado no mundo real, e que atesta a binaridade de gênero: masculino, referenciado tematicamente no lexema pela letra *o*; e feminino, referenciado pela letra *a*. Por critério de análise, portanto, deve-se levar em conta sua ordem no sintagma nominal e sua estrutura no léxico. Entretanto, como as línguas não são estáticas, apresentam com o decorrer do tempo certas mudanças e o gênero enquanto categoria não escapa a essas mudanças, tema de um dos trabalhos referenciados no assunto, *Português Afrobrasileiro* (2009), dos autores Dante Lucchesi, Alan Baxter, e da autora Ilza Ribeiro. Vejamos o caso do PB: “No português arcaico do século XIII, nomes como *senhor*, *pecador*, *pastor* e *burguês* possuíam uma única forma inflexionável quanto ao gênero, que era usada tanto para o masculino, quanto para o feminino” (MATTOS E SILVA, p.116, 1989), e, ainda, “Com a evolução da língua, todas

essas formas passaram a admitir regularmente a flexão com o morfema de feminino *-a*: *senhora, pecadora, pastora, burguesa; enganadora, merecedora, vencedora.*”(BAXTER, LUCCHESI E RIBEIRO, p. 295, 2009).

Tomando como base comparativa, o crioulo cabo-verdiano, em sua variante dialetal *barlavento*, que em nível de estrutura se aproxima do português (LUCCHESI, p. 298, 2009), perdeu quase que totalmente as características da gramática de origem lusitana.

Ainda que se pareça em estrutura com PB, o crioulo cabo-verdiano (CCV) não possui artigo definido, que é o marcador de gênero por excelência no PB. Ao invés disso, desempenha esse papel um demonstrativo, *kel*, que seria uma espécie de economia linguística do pronome demonstrativo *aquela*. Atribui-se a essa peculiaridade o processo de descrioulização que ocorreu no século XX. Em CCV os artigos são em sua maioria indefinidos, atribuindo a eles a flexão de número, mas não de gênero; assim como os pronomes possessivos. Semelhante caso ocorre nos crioulos de Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Em relação ao Português Popular Brasileiro e suas origens em relação ao quesito marcação de gênero e evolução do mesmo, tomou-se como base para estudos a comunidade de Helvécia, no sul da Bahia, onde a partir do século XX há uma redução da marcação de gênero, segundo Lucchesi (p. 309, 2009) “em função da aquisição precária do português por parte dos escravos africanos [...]”. Também na marcação de gênero a variável faixa etária revela que as idades de 20-40 anos tendem a marcar mais, enquanto as faixas mais de 60 anos tendem a marcar menos; mesma coisa para a variável sexo: homens tendem a marcar mais que mulheres. Levou-se também em consideração o tempo de “estada fora da comunidade”, revelando que sujeitos que passaram algum tempo fora da comunidade rural, indo à zona urbana, passaram a adquirir uma *performance* linguística diferenciada, marcando mais o gênero que os/as que permaneceram na comunidade. No quesito “nível de escolaridade”, ainda, sujeitos que chegaram ao nível semi-alfabetizados, 98% realizam essa marcação. É esse elemento (nível de escolaridade), unido ao quesito faixa etária e estada fora da comunidade, bem como o gênero/sexo do/a informante, que atestam a mudança no estatuto de língua com escassa marcação de gênero para um padrão ascendente. Em relação à escrita, nos estudos feitos em *África à vista* (2009) sobre concordância nominal no SN, não é questão levada em conta dentro do *corpus* e entre os *corpora* a variação de gênero dentro do SN.

Concordância Verbal

A concordância verbal (BAXTER, LUCCHESI, SILVA, 2009) é aspecto dos mais relevantes dentro da teoria de contato para a formação do PB. Dito de outra forma, e a partir das reflexões das seções anteriores, é possível a dedução que à formação do PB pressupõe-se o contato e que, à formação do Português Popular Brasileiro supõem-se fenômenos de acréscimos e perdas lexicais no âmbito de interferências sociais extralinguísticas poderosas. A comunidade fornecedora dos dados, Helvécia, resgata um panorama de escassa marcação do paradigma de flexão número e pessoa do verbo: passou de uma comunidade com escassa marcação, para maior grau de marcação principalmente entre as camadas mais jovens. O novo padrão linguístico adquirido se assemelha às normas padrões urbanas. Disso, concluiu-se também que

[...] a caracterização sociolinguística do Brasil impõe um cenário muito mais complexo, do qual emerge a polarização entre a maioria da população, em cuja fala se vêem atenuando os reflexos de um pretérito processo de erosão gramatical resultante do contato entre línguas, frente aos padrões de fala das classes superiores, em que os influxos da interação

com as classes baixa convive com forças estruturais de vária ordem e com a pressão social da normatização linguística. (BAXTER, LUCCHESI, SILVA, p. 332, 2009)

e também que corroboraram para esse processo o fenômeno de *transmissão linguística irregular*, apagando parcialmente alguns morfemas flexionais de número e pessoa verbal, ou, no caso da comunidade rural de Helvécia, gerando um quadro produtivo de variação que veio a contribuir com o Português em suas variedades culta e popular do PB, o que não se observa no PE.

O que se observa na escrita, inclusive num gesto de contraponto com as variáveis morfossintáticas atuais, são traços em comum. Sendo assim, se na fala o PB evolui passando de uma língua falada *-marcada* para concordância, na variedade escrita o aspecto *+marcada* já dá sua cara por questões referidas na seção anterior. Em se tratando dos redatores das atas da SPD, os africanos falantes do PB como L2 contribuíram para variações paramétricas no PB das gerações posteriores, porém sob o crivo da norma culta gerada pelas formalidades da escrita de atas no interior de uma “Sociedade secreta”. Dessas atas analisadas por Baxter (2009), observou-se (Quadro 1) maior frequência de <P6> com sujeito anteposto (78%); distância linear afetando negativamente a marcação de <P6>; frequência de <P6> maior entre sílabas tônicas (81%); concordância no SN favorecendo a concordância do SV; traço do SN +humano envolvendo maior possibilidade de marcação verbal (83%), e partir disso concluiu-se que já existiam as tendências observadas atualmente na concordância verbal já a partir da década de 80 do século XIX. Ou seja, tanto a fala quanto a escrita, em recortes temporais e comparativos diferentes, vem notabilizar um quadro de estigmatização da variante, em cenas contemporâneas, não-marcada nos centros urbanos; aquisição da marcação pelos seguimentos rurais a partir da mobilidade social e contato com meios de comunicação de massa. Sendo assim, às camadas populares supõe-se um ajustamento à norma culta. Esse quadro social atual, segundo Baxter (2009) dialoga profundamente com a diversidade étnica do país, sendo esta decisiva para o quadro do PB na linha *contatista* influenciada pela *transmissão linguística irregular* de cenas de séculos passados. De modo geral, tanto na fala quanto na escrita (embora essa já apresentasse marcação maior devido à fatores de ordem normativa do PB como L2), o quadro é crescente para a marcação, se levarmos em conta a variante P6 – 3ª pessoa do plural - presente nas análises de Baxter (2009a e b).

A marcação de plural, tido pelos/as sociolinguistas como aspectos dos mais produtivos, a nível de estudo, quanto de sua produção da oralidade à escrita, apresentou-se como argumento quantitativo e qualitativo das línguas nas análises diacrônicas: já em meados do século XVIII, a ausência da marcação de PL nas sentenças produzidas na escrita insinuava o quadro da mesma ausência de marcação na fala. Podemos mencionar que, se na escrita o percentual *+marcada* para concordância verbal é 83%, na fala, as pesquisas em Helvécia e nos Tongas revelaram um percentual de 97,7% e 95,3%, respectivamente, dados estes que comprovam o aspecto de marcação de PL, tanto na concordância verbal, quanto de gênero, já que 98% realizam essa marcação.

O português popular brasileiro se movimenta no interior da língua, do PB, atendendo a esses fatores citados como catalisadores, sendo esses processos de variação em níveis da fala à escrita, processos oriundos do contato entre as línguas, fornecendo alterações nos usos de regras de concordância nominal e verbal, e em casos de flexão, enquanto os principais processos de variação identificados até os dias atuais no PPB (LUCCHESI, 2003, 2008; BAXTER, 2009, p. 424). Para OLIVEIRA (2009, P. 11, apud MUSSA, 1991), os africanos/as foram não somente contribuintes e difusores, mas os principais formatadores do português popular brasileiro. São esses alguns passos dados para uma reconstrução histórica do português popular brasileiro.

Conclusão

Ao se traçarem métodos analíticos específicos para o estudo das línguas, um quadro teórico mais organizado e, por que não dizer, científico, se delimitou dentro da linguística. Por consequência disso, e de evolução teórica, também dentro da sociolinguística. Esse quadro em questão foi alvo das discussões feitas nesse artigo, na seção 1. Da observação de origem e desenvolvimento de uma disciplina para um patamar de ciência, salta-se para o desenvolvimento dos estudos comparativos entre línguas, como o método escolhido e acolhido por autores renomados, entre os quais tratados aqui, podemos ressaltar, no âmbito da Sociolinguística, Alan Baxter, Ilza Ribeiro, Dante Luchesi e Tânia Lobo. Com estudos das línguas africanas e de seus dialetos para pensar a origem do Português Popular Brasileiro, de sua morfologia, sintaxe e construção semântica, às decomposições na morfologia que dão origem às diferenças entre o Português Brasileiro em sua configuração de Norma Culta, surgem as discussões primeiras sobre o que antes se delimitava “erro” ou “falta de instrução”, e conclui-se uma raiz comum entre o PPB e as línguas de matriz *kwa* e *bantu*.

O processo de contato entre as línguas no nível da Fala/Variáveis estruturais demonstra a concordância de número SN como tema recorrente para a discussão sobre a origem do PB. A marcação de plural como um fenômeno de estrutura linear favorece a marcação do primeiro item de acordo também com a classe gramatical à qual se filiam os itens. Essa tese é contestada por Scherre (1988; 1998) que discorda da combinação de posição linear + classe de palavras tendo como produção a variação no PB da concordância de PL no SN. Já os argumentos desenvolvidos por Baxter (2009) são: 1. A fala urbana como base para a fala rural; 2. Variação no SN do PB independente da ocorrência ou não no Português Europeu. São fatores em comuns entre Monte Café e Helvécia: 1. Variação na concordância de número idêntica; 2. Ambas comunidades apresentam panorama de trabalho escravo, controladas e isoladas; 3. Maior número de africanos e afrodescendentes e menor número de administradores; 3. O português como L2 foi adquirido pelo contato a partir de modelos apreendidos dos administradores; 4. Presença de PB como L2; 5. Presença de grupos africanos *kwa* e *bantu*. Quanto ao enquadramento teórico da abordagem de Baxter (2009) considera a concordância PL como reflexo de uma relação sintática local entre os elementos do SD (determinante), assim, PE e PB apresentariam realização diferentes associadas ao morfema de pluralidade. A aquisição de segunda língua (SLA) L2 por escravizados é vista da seguinte forma: a. L2 [escravizados] = L1 [adm]; b. L1 [escravizados] = L2 [adm]; c. L1 [escravizados] = L2 [escravos]. Sobre os fatores que influenciam a formação da L2 de adultos: 1. Simplificação; 2. Transferência e reflexificação; 3. SLA imperfeita. Posição em relação ao núcleo: variável da idade e comparação entre helvécia e tongas como resultado e formatador do português popular brasileiro. Eis a configuração do fenômeno na Helvécia: SN com estrutura simplificada e regular em relação aos dados urbanos; a maioria dos SN apresenta só dois elementos: DET + N. Quanto aos elementos com maior frequência de marcação em relação à posição: artigos, pronomes possessivos e demonstrativos com marcação de PL em 99% dos casos na primeira posição. Na segunda posição, os nomes: 91% são substantivos, sendo 8% pluralizados; 0,5% adjetivos sendo 25% pluralizados; 6% dos adjetivos nesse dialeto aparecem na terceira posição; apenas 3% marcam plural. Marcas precedentes ao núcleo: o Português Popular no Brasil tende a marcar o PL na primeira oportunidade. São Variáveis Sociais extralinguísticas: Faixa etária - influência das línguas africanas sobre não marcação de PL e sua posterior marcação por fatores externos como escolarização, mobilidade social e meios de comunicação. Em relação ao gênero: os homens marcam mais o plural devido à sua maior integração e mobilidade social; as mulheres

marcam menos, mais ligadas ao trabalho doméstico e às roçasda própria comunidade, tanto em tongas quanto na Helvécia.

E o que antes se considerou desvio da norma, revela-se traço da linguagem de uma das culturas mais fortes dentro do Brasil: a africana. Por má fé ou, mesmo que se desacredite, por erros analíticos, essa peculiaridade da pertença na língua dentro do PB é ofuscada e, por conseguinte, travestida de preconceito linguístico até então. Os dados que atestam a não marcação de PL nivelam de 70 a 90% dos casos, de línguas com matriz africana e da evolução de raiz para o PPB, no Brasil: a frequência com que se marca apenas o primeiro item da sentença foi observada tanto em palcos do século XVIII em localidades do continente africano, quanto no Brasil – as peculiaridades no sistema econômico e na forma de desenvolvimento social são também características marcantes.

Enquanto posição teórica e ideológica, posto que a pesquisadora deve advogar a favor de determinado alinhamento crítico no trabalho de pesquisa realizado, chamamos as práticas de apagamento das variantes linguísticas de influência africana de epistemicídio com base em Carneiro (2005) para quem se caracteriza epistemicídio uma série de atos fundantes que a partir desse dispositivo de poder dentro das narrativas e discursos oficiais apaga e silencia todas as contribuições de sujeitos afrodescendentes à história do país, incluso aqui a história das línguas. Ampliando a atenção para a língua diretamente, Kanavilil Rajagopalan (2010) defende que essas ideias de purismo linguístico têm grande influencias de ideologias fascistas cuja mistura e multilinguismo é engolida pelas noções de supremacia branca na língua. A partir disso, retomo a ideia de colonização como um projeto que se concretizou não apenas em termos econômicos, mas de forma supra, foi e é um projeto de colonialidade cultural tendo como objetivo principal erradicar a diferença. Por falar em diferença, nossa performance linguística é, portanto, fruto na contemporaneidade desse desenrolar da história social de Brasil a África. Resta-nos apenas assumir as consequências com a naturalidade com que fazemos economia linguística cotidianamente – da senzala ou quilombo (favela) a casa grande (condomínio fechado).

Referências

- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. 3ª ed, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)
- CARRASCOSA, Denise. Traduzindo no Atlântico Negro: por uma práxis teórico-política de tradução entre literaturas afrodiaspóricas. **Cadernos de literatura em tradução**, n. 16, p. 63 -71.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica** – uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- LABOV, William. Principles of linguistic change: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994. In: FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica** – uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson [ORG]. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.295-318
RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010.

Submetido em 20 de fevereiro de 2019. Aprovado em 28 de junho de 2019.